



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LARA CAROLINE RODRIGUES LEITE

**OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS
O INÍCIO DA PANDEMIA DO COVID-19**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2022

Lara Caroline Rodrigues Leite

Os desafios da atuação do psicólogo na Assistência Social após o início da pandemia do covid-19

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Serafim da Silva.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L318d Leite, Lara Caroline Rodrigues.
Os desafios da atuação do psicólogo na Assistência Social após o início da pandemia do covid-19. / Lara Caroline Rodrigues Leite. – Miracema, TO, 2022.
35 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2022.
Orientadora : Ana Cristina Serafim da Silva
1. Psicologia na Assistência Social. 2. Pandemia da covid-19. 3. Políticas Públicas. 4. Saúde coletiva. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LARA CAROLINE RODRIGUES LEITE

OS DESAFIOS DE ATUAÇÃO DO PSICOLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS O
INÍCIO DA PANDEMIA DO COVID-19

Trabalho de conclusão de curso apresentado a UFT – Universidade Federal do Tocantins, campus universitário de Miracema, foi avaliado para obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovada em sua formafinal pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 09/12/2022

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina Serafim da Silva, Orientadora, UFT.

Prof.^a Dr.^a. Daniele Vasco Santos, Examinadora, UFT.

Prof. Dr. Ricardo Monteiro Guedes de Almeida, Examinador, UFT.

Dedico essa produção em memória de minha mãe Naira Rubia Rodrigues Lima, a melhor pessoa que eu já conheci na minha vida e que tive sorte de ser amada por ela. E dedico a todos que perderam alguém por consequência da pandemia da covid-19, jamais serão esquecidos.

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar os desafios e as mudanças ocorridas no trabalho do psicólogo na assistência social após o início da pandemia da covid-19 e que papel esse psicólogo desempenhou durante esse período de pandemia. Trata-se de uma revisão integrativa sistemática de artigos encontrados na plataforma Scielo que correspondessem ao tema da Psicologia na Assistência Social após o início da pandemia da covid-19, utilizando os descritores: Psicólogo na Pandemia, Psicólogo Social na Pandemia e Papel do psicólogo na pandemia. Foram encontrados 21 artigos, sendo 7 selecionados de acordo com os critérios de inclusão exclusão, e discutidos em duas categorias: Vulnerabilidade Social como uma Emergência Coletiva da Saúde, e o Papel do Psicólogo na Assistência Social no Combate a Vulnerabilidade Social agravada pela Pandemia. Os resultados apontam que a pandemia acentuou a crise socioeconômica do Brasil com acréscimo da crise sanitária do coronavírus, revelando as facetas neofacistas e necropolítica por trás do modo de operação social do Estado pelo neoliberalismo. Assim, decorreu-se novas dificuldades para os servidores da assistência social, como o aumento da vulnerabilidade social, cortes orçamentários, falta de EPIs, distanciamento de acesso aos serviços públicos e represália as políticas públicas. Diante esse novo contexto de trabalho, os servidores através da intersetorialidade e trabalho multidisciplinar, desenvolveram meios de contato com a população minimizando o contágio do vírus. Portanto conclui-se que o psicólogo como um ator social exerce um papel de contribuição para manter a vida e dignidade das populações mais afetadas pela covid-19 no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia na Assistência Social. Pandemia da covid-19. Políticas públicas. Saúde coletiva.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the challenges and changes that occurred in the psychologist's work in social assistance after the beginning of the covid-19 pandemic and what role this psychologist played during this pandemic period. This is a systematic integrative review of articles found on the Scielo platform that correspond to the theme of Psychology in Social Assistance after the beginning of the covid-19 pandemic, Psychologist in the Pandemic, Social Psychologist in the Pandemic and, Role of the psychologist in the pandemic. 21 articles were found on the platform, 7 of which were selected according to the inclusion and exclusion criteria, and discussed in two categories: Social Vulnerability as a Collective Health Emergency, and the Role of the Psychologist in Social Assistance in Combating Social Vulnerability aggravated by the Pandemic. The results point out that the covid-19 pandemic has accentuated the socioeconomic crisis in Brazil with the addition of the health crisis of the coronavirus, revealing the neo-fascist and necropolitical facets behind the social mode of operation of the State by neoliberalism. Thus, new difficulties arose for social assistance workers, such as increased social vulnerability, budget cuts, lack of PPE, distancing from access to public services and retaliation against public policies. Faced with this new work context, the servers, through intersectoriality and multidisciplinary work, developed means of contact with the population, minimizing the contagion of the virus. Therefore, it is concluded that the psychologist as a social actor plays a contributing role in maintaining the life and dignity of the populations most affected by the covid-19 pandemic in Brazil.

Keywords: Psychology in Social Assistance. Covid-19 pandemic. Public policy. Collective health

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	METODOLOGIA.....	17
3	RESULTADOS	18
3.1	Seleção de Material.....	18
4	DISCUSSÃO	21
4.1	Vulnerabilidade social como uma emergência coletiva da saúde.....	22
4.2	Papel do psicólogo na assistência social no combate a vulnerabilidade social agravada pela pandemia	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é identificar os desafios e as mudanças ocorridas no trabalho do psicólogo na assistência social após o início da pandemia da covid-19 e que papel esse psicólogo desempenhou durante esse período de pandemia. Portanto, busca-se entender como o fenômeno da pandemia da covid-19 afetou o trabalho do psicólogo na assistência social, através do método de revisão sistemática integrativa na plataforma Scielo. A psicologia como profissão no Brasil, obteve diversas transformações até sua consolidação quando passou a ser regulamentada como uma profissão em 1962, com isso veio a fundação de instrumentos e órgãos para orientar o psicólogo, como o código de ética profissional do psicólogo, os conselhos regionais de psicologia e o Conselho Federal de Psicologia para fiscalizar, politizar, avançar enquanto ciência e orientar os profissionais no âmbito do trabalho (YAMAMOTO, 2006). Ao longo dessa trajetória, de 1960 até o ano de 2020, ocorreram diversas mudanças tanto no contexto social quanto na profissão (referente a quem fornece os serviços e de que forma é feito o trabalho). Assim, antes mesmo de sua inserção na assistência social através do Sistema Único de Assistência Social, a psicologia esteve operante nos setores sociais fornecendo seus serviços (CRUZ, GUARESCHI, 2014). Essa trajetória envolvendo o contexto social, econômico, e ideológico, influenciou fortemente a construção da profissão na realidade brasileira, e não divergente, a pandemia da covid-19 que acarretou impactos a nível global também trouxe outros desafios para o psicólogo principalmente na assistência social.

Desde antes a regulamentação da psicologia como profissão em 1962, o contexto político da década de 60, se encontrava marcado pelo cenário de tensão política e crise econômica, dado a essa realidade e a entrada do psicólogo nas comunidades, surgem os questionamentos sobre o trabalho do psicólogo: quem está servindo e qual o propósito desse serviço? Isso ocasionou a reflexão para estudantes e professores de psicologia a repensar o compromisso da Psicologia, principalmente a abordagem Social. Portanto, as primeiras formações de grupos de pesquisas para a criação de uma nova psicologia social, surgem para a transformação desse cenário político (BOCK, 2009). Ao longo desses 60 anos de profissão, a psicologia na assistência social vivenciou diversas transformações ocasionadas pela crise socioeconômica na sociedade Brasileira, e não diferente disso, a pandemia da covid-19 acentuou desafios presentes no cotidiano do trabalhador, realidade essa que é ponto alvo do trabalho da assistência social no qual a psicologia está incluída, por isso, se reflete nesse artigo quais são os desafios agravados pela covid-19 no trabalho do psicólogo na assistência social.

Para tanto deve se pontuar que a história da assistência social no Brasil é mais antiga que a própria psicologia (enquanto profissão regulamentada). Bock (2009), aponta que o contexto econômico se liga diretamente ao social, influenciando principalmente na construção da psicologia enquanto profissão, mas que antes mesmo da institucionalização da psicologia enquanto profissão, a tarefa da assistência social era produzida pelas classes sociais que possuíam grande concentração de capital, as elites. Quando se retoma esse contexto sócio-histórico do século XIX, percebe-se que o papel da assistência social estava na mão das igrejas com os serviços e instituições de caridade e das primeiras-damas que por conta desse cargo, ganhava o título de assistente social. Essa perspectiva é uma herança do pensamento do Estado de Bem-Estar social, importado da Europa, que em sua lógica higienista, separava os “sujeitos de direito” dos “sujeitos de caridade”, responsabilizando os cidadãos de uma condição socioeconômica criada pelo próprio Estado Liberal (CRUZ, GUARESCHI, 2014).

O século XIX assistiu assim, ao desenvolvimento, no país, das ideias de saneamento e higienização das cidades, higienização que será entendida como material e moral. Estas ideias eram herdadas do pensamento europeu, mas encontraram no Brasil um terreno fértil. Buscava-se uma sociedade livre da desordem e dos desvios (BOCK, 2009, p. 17).

O Estado Liberal em sua consolidação tem seu objetivo voltado para capitalização através do livre acesso ao mercado que argumenta que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades para conseguir acumular capital. O que ocasionou consequentemente uma realidade de exploração da classe trabalhadora com carga horária de trabalho excessiva, baixa remuneração e com condições precárias de trabalho (CRUZ, GUARESCHI, 2014). Por isso, ao final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores revoltados com essas condições produtoras de pobreza, se organizam em movimentos sociais, reivindicando direitos sociais e condições dignas de trabalho, esse movimento provocou um temor as multidões por parte do Estado, fazendo ele assumir a responsabilidade pelo Bem-Estar do trabalhador como um regulador social (CRUZ, GUARESCHI, 2014). Assim, na primeira metade do século XX nascem os direitos sociais, que passam a ser responsabilidade do Estado e regulada por ele, como uma forma de conter essa ameaça das multidões e desenvolvendo a produção de capital na exploração da classe operária ofertando condições mínimas de bem-estar econômico (CRUZ, GUARESCHI, 2014).

E é nesse ambiente higienista da primeira metade do século XX que acontece a entrada da psicologia diretamente importada da Europa e América do Norte no Brasil, fornecendo seus serviços em manicômios, escolas, instituições militares, empresas para contenção da loucura,

dos imorais, dos preguiçosos, dos inaptos, das prostitutas, dos órfãos, dos inúteis, dos mendigos (LANE, 1996; BOCK, 2009). E qualquer um que não correspondesse a essa lógica do higienismo, era visto como uma ameaça a ordem, e o papel da psicologia nesse âmbito seria o de controlar, higienizar, categorizar e diferenciar (BOCK, 2009). Ou seja, eram pessoas que do ponto de vista elitista eram socialmente e economicamente inúteis para exploração de mão de obra do Estado, ou uma ameaça ao higienismo imposto também pelas elites, que por sua vez é classe social que influencia nas decisões do Estado possuindo poder na determinação da organização social. Portanto, o trabalho da psicologia era voltado a serviço do interesse da elite, no sentido que esta faz a manutenção do poder através do Estado. Porém, a chegada da industrialização trouxe novos percalços ao modo de produção da época, provocando mais mudanças na sociedade, e a psicologia ainda nesse lugar de serviço dos interesses das elites passa a ser regulamentada como uma profissão em 1962.

A industrialização no Brasil fez novas exigências à Psicologia que, com a sua experiência da Psicologia aplicada à educação, pôde colaborar significativamente com um conhecimento que possibilitou a diferenciação entre as pessoas, para a formação de grupos mais homogêneos nas escolas e a seleção de trabalhadores adequados para a empresa (BOCK, 2009, p. 18).

Esse processo de industrialização resultou numa progressão e modernização econômica o que por vez acabou gerando uma tensão política, principalmente após a eleição do presidente eleito democraticamente João Goulart, por conta do seu viés da justiça social que ia contra os interesses das Elites, logo, elas se encontraram ameaçadas e portanto, através do seu poder gerou uma ameaça militar, que em 1964 resultou em golpe militar produzindo período de ditadura civil-militar, que durou longos 21 anos (LARA, SILVA, 2015). Nesse período da década de 60, a psicologia desempenhava o papel de desenvolvimento de testes psicológicos, instrumentos que possibilitavam a prática de categorização e diferenciação dos indivíduos. Na década de 70, marcada pelas forças progressistas a psicologia se insere nas comunidades e passa desenvolver a área da Psicologia Comunitária, o reflexo do contexto social e econômico atinge a operação do trabalho do psicólogo.

Nesse período a psicologia se insere nas comunidades, e começam os processos de produção de trabalhos acadêmicos e pesquisas desenvolvidos em conjunto com as comunidades. “Os profissionais de psicologia começaram a marcar novos espaços através de práticas diferentes, saindo dos consultórios, das empresas e das escolas, e indo para os bairros populares, para as favelas, para as associações de bairros, para as comunidades eclesiais de base” (FREITAS, 1996, p. 64). Esse movimento foi importante para a politização da psicologia

e deselitização, os médicos psiquiatras começam a repensar o trabalho que é feito nos manicômios e hospitais psiquiátricos, a lógica manicomial passa a ser questionada, suscitando o movimento da antipsiquiatria (LANE, 1996). Esse movimento ganha mais força na década de 80, principalmente por conta do sindicalismo da época, que propiciou efetividade nesse movimento social (LARA, SILVA, 2015).

O trabalho do psicólogo na assistência social nessa década de 80, passa a ser reconhecido pela psicologia através da definição da psicologia comunitária, isso foi possível a partir do primeiro encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social, ela promoveu a definição e especificidade dessas práticas, através dos encontros, elaboração de trabalhos e debates, principalmente no II Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, em 1986, a psicologia comunitária se expande. Conjuntamente com o contexto nacional marcado pelas lutas dos movimentos sociais e a conquista da Constituição Federal de 1988, a assistência social é inaugurada no artigo 194. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). A conquista da constituição possibilitou uma expansão no trabalho do psicólogo comunitário e foi um período de bastante produção de trabalhos envolvendo a prática do psicólogo comunitário na assistência social, “são práticas desenvolvidas quando o psicólogo está no posto de saúde, na secretaria do bem-estar social, em algum órgão ligado à família e aos menores, ou quando o psicólogo está em algum setor vinculado às instituições penais” (FREITAS, 1996, p. 69-70).

Logo, infere-se que a sociedade brasileira, funciona a partir do modo de produção capitalista, em que produz a desigualdade social, econômica e territorial, através de uma ferramenta de manutenção que é a questão social, que vem como um produto da luta de classes. Isso decorre porque a questão social “é um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora, a partir da instauração do modo de produção capitalista. Ou seja, a questão social é tudo aquilo que advém com a pobreza pós-capitalismo” (FERNANDES, 2020, p. 62). Dentro desses problemas, vale destacar, a insegurança alimentar, desigual distribuição de renda, falta de segurança, desemprego e/ou trabalhos em condições de exploração, falta de acesso a saneamento básico, educação, saúde, e lazer, ou seja, aspectos básicos necessários para a condição mínima de dignidade ao sujeito.

A questão social é posta para entendimento das organizações sociais no ciclo da desigualdade, e se torna objeto de estudo e intervenção para a psicologia nas políticas públicas de assistência social, esse conceito mostra que os problemas econômicos estão em direta ligação com os sociais criando um ciclo reprodutor de dominação e exploração do homem sobre o

homem, e é na reflexão desse problema que se percebe as limitações e potencialidade do trabalho do psicólogo comprometido socialmente (BOCK, 2009). A prática revela que esse homem existente na comunidade é um sujeito que possui historicidade, veio de um lugar e esse lugar influencia fortemente seus caminhos e escolhas, ou seja, o homem é social e histórico, e o psicólogo, reconhecendo essas potencialidades deve usá-la a favor dessa população em busca de transformação social.

Perante o exposto, o que se aponta é que a resolução da questão social desmontaria a estrutura social do neoliberalismo, que é a ferramenta atual do Estado para controle social (CRUZ, GUARESCHI, 2014). Isso explica o porquê, na resolução da questão social, o Estado fragmenta essa solução em partes e insere serviços diferentes para cada tipo de problema, por isso, que no final da década de 80 e ingresso para a de 90, se encontrava nesses serviços a ineficácia da política social (baseando-se no princípio de politização e transformação da classe trabalhadora) e não tinha um serviço universalizado para oferta nacional, com diretrizes, leis e instrumentos para operações do serviço social. “Após a primeira metade da década de 1990, significativas alterações institucionais foram operadas em torno das políticas públicas de assistência social, com uma abordagem que conciliava iniciativas do Estado e do terceiro setor” (CREPOP, 2007, p. 10).

Essas mudanças sociais induziram a uma volumosa adesão de psicólogos nos serviços de assistência social, principalmente a partir da implementação das políticas públicas de assistência social, que foi entre o final da década de 90 ao ano 2000. A construção dessas políticas públicas, foram influenciadas pela Constituição Federal de 1988, tendo em suas fundamentações, as ações vinculadas a previdência social e a saúde como um direito, que constituiu,

o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, a partir do qual, desde 1993, com a vigência da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), esta passa a ser reconhecida enquanto política pública, devendo garantir direitos e promover a cidadania de amplos os segmentos da população, que amargam, pela produção e acirramento das desigualdades sociais, o lugar de excluídos (CREPOP, 2007, p. 10).

Posto isso, na IV Conferência Nacional de Assistência Social regido pelo LOAS em 2003, fora instituído a construção para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), esse sistema seria operacionalizado por uma política de assistência social, que em 2004 fora instituída como PNAS, a Política Nacional de Assistência Social. De suma importância, o PNAS aparece como um instrumento fundamental na ruptura da prática assistencialista para um novo modo de intervenção profissional, comprometida com o agir

ético-político para as gestões, de modo a ter um financiamento direto, e sem dependências de privatizações e terceirizações (CREPOP, 2007).

Assim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, começou a ser implantado. Esse sistema funciona a partir de dois níveis, sendo um, a Proteção Social Básica, que é operacionalizado pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que trabalha no viés da proteção e prevenção de violência e fortalecimento dos vínculos familiares, com ações desenvolvidas para a promoção de saúde, cidadania e garantia de direitos sociais, sendo ela uma porta de entrada. E o segundo nível, a Proteção Social Especial, que é operacionalizado pelos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua em situações que já ocorreram algum tipo de violência, seja no rompimento de vínculos familiares, violação de direitos civis, e que envolvam situações de riscos à segurança e integralidade dos usuários (CREPOP, 2007).

Essas políticas contribuíram para o aumento da inserção de psicólogos sociais na área porque a equipe mínima para a constituir um CRAS e CREAS deve conter um psicólogo (CRUZ, GUARESCHI, 2014), porém, com essas mudanças surgem desafios fortemente ligados as organizações sociais. Como se sugere na cartilha de Referências Técnicas Para a Atuação do Psicólogo no CRAS/SUAS (2007) o trabalho do psicólogo deve estar comprometido de forma ético-política, com a promoção de cidadania, direitos sociais, a saúde, a promoção da vida levando em consideração que esse contexto estará marcado por vulnerabilidades sociais. Logo, sendo importante esse posicionamento ético-político na visão de reconhecer dentro desse contexto as potencialidades para transformação social e desnaturalização das contradições sociais criadas pela desigualdade social (LAURIANO, SILVA, PESSINI, 2011). E dentro desse compromisso de enfrentamento as desigualdades sociais, o psicólogo se encontra com muitos desafios para a efetiva transformação social, como no combate as violências, aos desmontes das políticas públicas, até a visão ético política, para uma intervenção de fato efetiva.

Por efeito desse aumento de psicólogos na assistência social, aparecem novos desafios a serem enfrentados pelos psicólogos nessas organizações sociais. O posicionamento ético-político do psicólogo no âmbito da assistência social, se torna práxis nessa prática profissional, pois assim, ele possuirá uma visão histórica das comunidades onde exerce seu trabalho social (BOCK, 2009). Esse entendimento da historicidade do sujeito no contexto social ao qual ele está envolvido, possibilita a compreensão que fatores como desigualdade social, pobreza, insegurança alimentar, são causadores de sofrimento psíquico, biológico e social, e isso denuncia como a sociedade se constrói através da exploração da classe trabalhadora. “Deste modo o trabalho dos profissionais de psicologia se pautará em promover a autonomia dos

sujeitos vitimizados, para que possa desenvolver vínculos interpessoais e fortalecimento pessoal” (LAURIANO, SILVA, PESSINI, 2011, p. 233).

Portanto, o período dos anos 2000 até 2016 foi marcado pela instituição de políticas públicas e refinamento das práticas profissionais para o psicólogo na assistência social, como a criação do SUAS em 2005, a disponibilização de cartilhas e notas técnicas para atuação do psicólogo no SUAS em 2007, documentação do sistema único de assistência social (publicada pelo Conselho Federal de Psicologia), notas técnicas para atuação com povos indígenas (publicada em 2022 pelo conselho Federal de Psicologia) e demasiadas produções de livros e artigos de como é o trabalho do psicólogo no CRAS, CREAS e também a própria documentação do SUAS, que explica os tipos de serviços, como é ofertado e para quem deve ser ofertado e qual seu objetivo. Durante esse período de 2005 a 2016, houve um avanço nas conquistas de políticas da assistências social, sendo parte do reflexo ideológico do governo da época, dentre essas conquistas além do aumento de profissionais nos serviços da assistência social (JACCOUD, BICHIR, MESQUITA, 2017), também no âmbito da garantia de renda, através de programas como o Bolsa Família criado em 2003 substituído pelo Programa Auxílio Brasil em 2021, Programa Brasil Carinhoso em 2012, o sistemas de cotas raciais nos anos 2000 e entrando em funcionamento em 2004, o Centro POP em 2009, a Lei de Cotas 12.711 de 2012, dentre outras conquistas de autoria dos movimentos sociais. Portanto é notório que o impacto da política de assistência social, contribuiu com o avanço na educação e garantia da saúde. Logo se percebe o quanto foi importante essas árduas lutas dos movimentos sociais desde a década de 60, infelizmente muitas vidas foram ceifadas até que a conquista desses direitos (LARA, SILVA, 2015) mas a chegadas dessas lutas até hoje geram impactos. Apesar dos avanços na formação de mais políticas públicas desse período, o exercício dessas políticas sofria continuamente represálias, acarretando dificuldades no pleno funcionamento desses setores. Como parte do resultado das gestões do governo federal, a população brasileira é atravessada por uma crise socioeconômica, com cortes orçamentários cada vez mais exorbitantes, direitos sociais violados sem previsão de melhora. Então desde 2016, o Brasil já vinha sofrendo com severas crises socioeconômicas da estrutura social neoliberal, que foram intensificadas em 2020, com uma crise sanitária de nível global, a pandemia do coronavírus.

Em dezembro de 2019, a Sars-Cov (uma nova cepa do corona vírus), fora identificada na comunidade de Wuhan, província de Hubei, localizada na República Popular da China, a princípio, emergiu várias notificações de pneumonia e síndrome respiratória, mas, com o avanço devastador da doença. Em janeiro de 2020, fora identificado que a causa dessas mortes era a nova cepa da corona vírus, denominado como Covid-19. Por se tratar de um vírus, a forma

principal de contágio é pelo ar, então o estado de isolamento social e uso de máscaras faciais foram determinados pela organização mundial da saúde (OMS) como essenciais para diminuição da probabilidade de contágio, tendo em vista que ele estava no ar. Por conta desse avanço de contágio da doença, no dia 11 de março de 2020, a OMS determinou estado de pandemia. “O termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” (OPAS, 2020, p. 3). Assim, essa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, chega no Brasil com seu primeiro caso notificado no mês de fevereiro.

Apesar da recomendação da OMS (SCOPINHO *et. al.*, 2021) para que os governos implementassem o isolamento social para contenção do vírus, e fossem fornecidos subsídios e rendas para sobrevivência dos que viviam do trabalho informal, no Brasil, o Governo Federal foi contrário a essas informações, somente colocando o “isolamento vertical” em que apenas as pessoas que pertencessem ao grupo de risco (idosos, gestantes e pessoas com comorbidades como hipertensão e asma) que ficassem isoladas pois havia uma ameaça de quebra da economia caso esses trabalhadores parassem de trabalhar, porém não possibilitou de forma segura esse trabalho, demorou na liberação de programas sociais para minimizar os problemas econômicos da população, além de uma postura polarizada frente a essa crise sanitária (SCOPINHO *et. al.*, 2021). E dentro dessa realidade, desses enfrentamentos sistemáticos e ideológicos que a avassaladora pandemia da covid-19 agrava ainda mais esses fatores causadores de desigualdade social, e apresenta após sua passagem, novos desafios no serviço de assistência social.

A pandemia magnifica as tensões dilacerantes da organização social do nosso tempo: globalizada nas trocas econômicas, mas enfraquecida como projeto político global, interconectada digitalmente, porém impregnada de desinformação, à beira de colapso ambiental, mas predominantemente não sustentável, carente de ideais políticos, mas tão avessa à política e a projetos comuns. A pandemia nos coloca diante do espelho, que nos revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudanças. (LIMA, BUSS, SOUSA, 2020, p. 1).

A portaria nº337 do SUAS de 24 de março de 2020, determinou que os serviços prestados pela assistência social, deveriam ser ofertados na medida que seguissem as normas de segurança para evitar o contágio, com isso deveria fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI e uso de materiais de higienização, e os turnos de trabalho sendo intercalados com o uso da flexibilização do trabalho presencial por intermédio do uso de ligação por telefone e aplicativos de internet como WhatsApp (LORENZONI, 2020). Como dito anteriormente, a população que acessa os serviços de assistência social, são aquelas afetadas pela

vulnerabilidade social e/ou econômica (FREITAS, 1996), pois na lógica neoliberal, todos tem as mesmas oportunidades e o mercado funciona em perfeita ordem (CRUZ, GUARESCHI, 2014), e quem não tem meios para sobreviver não tem o direito ao acesso de capital, na pandemia isso se torna pior, porque o direito que se perde é o da vida, portanto se encara uma necropolítica.

Para compreender tais sentidos, valemo-nos do conceito de necropolítica formulado por Mbembe (2018), o qual diz respeito ao poder e a capacidade que possui o Estado de exceção para determinar quem pode viver e quem deve morrer, por meio de ações e/ou omissões políticas. Neste tipo de Estado, o trabalho da política, ao invés de garantir a reprodução e a proteção da vida, é realizado no sentido impor medidas dirigidas ao extermínio ou para deixar morrer determinados grupos sociais; a soberania, é tida como o direito de matar ou deixar morrer (de diversas formas) os que, supostamente, não mais importam para servir ao regime político-econômico neoliberal que pretende se fazer hegemônico (SCOPINHO *et. al.*, 2021, p. 394).

Então como o governo federal não forneceu subsídios e atrasou a entrega de verba para a contenção dessa crise sanitária, econômica e social, o serviço da assistência social foi distanciado da população por conta da suspensão dos serviços coletivos (LORENZONI, 2020), sendo que esse tipo de serviço conta como uma considerável parte do serviço da assistência social tendo em vista o princípio de territorialização do SUAS. Portanto é um período de distanciamento da população que mais necessitava de atenção governamental justamente porque ela não possuía meios de sobrevivência sem o apoio governamental.

É nessa ótica que se reflete quais são os desafios deixados após o início da covid-19 para o psicólogo na assistência social, pois é nas sequelas deixadas pela pandemia que se insere os serviços de assistência social e suas atribuições, como por exemplo os benefícios sociais no combate à fome. Sendo já sinalizadas a nítida desigualdade social, (o que mostra um impacto diferente da pandemia para as diferentes classes sociais), os movimentos políticos de desmontes de políticas públicas já que as fiscalizações diminuíram pela necessidade de contenção do vírus, e a despreparada gestão de administrações políticas nas ações para contenção da pandemia (KALACHE *et al.*, 2020).

E como já dito, as políticas de assistência social, são essenciais para a garantia de direitos civis, enfretamentos as desigualdades sociais e ciclos de violência. Mas, no período pandêmico por falta de recursos para os trabalhadores evitarem o contágio, esses serviços foram paralisando forçadamente pois caso contrário poderia além de aumentar o contágio, os adoecimentos dos trabalhadores da assistência social, indo para o contexto do trabalho digital em casa – *Home Office* (TELLES *et. al.*, 2020). Então o que foi se estabelecendo após o início dessa pandemia, para além da crescente onda de contágio, a sobrecarga no sistema de saúde

tanto público quanto privado, na segurança, o aumento do desemprego e trabalho informal em condições insalubres (SCOPINHO *et. al.*, 2021).

Esse contexto a partir de 2020 põe à tona a falta que fez a assistência social no combate a pandemia, e como é fundamental para a psicologia na assistência social, compreender seu papel nesse meio, como o SUAS se mostra nessa nova realidade, de forma contribuinte na formulação do trabalho do psicólogo social frente a esses desafios. Considerando que, o estado de pandemia ainda não fora declarado finalizado pela OMS, mas o Governo Federal Brasileiro declarou fim do Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) anunciado pelo Ministro da Saúde Marcelo Queiroga no dia 22 de abril de 2022.

É toda uma cartografia cognitiva que aí vai se desenhando e na qual as informações construídas operam, no mesmo passo, como produção das evidências de como as agências estatais funcionam por meio do descaso sistemático dos cuidados e da assistência básica, do desmonte dos serviços públicos de saúde, da obstrução de acesso aos recursos públicos, do uso da violência como modo de governo das “populações indesejáveis” e de seus territórios; e também dos odos operatórios pelos quais a maquinaria estatal produz a ocultação dos corpos contaminados, dos corpos doentes, dos corpos mortos. (TELLES *et. al.*, 2020, p. 6)

Antes da pandemia o contexto da assistência social já se encontrava com desafios para o psicólogo social, sendo a garantia de políticas públicas uma delas (LAURIANO, SILVA, PESSINI, 2011). E, com a contenção da população em suas residências e falta de fiscalizações das administrações políticas, que houve esse aumento das vulnerabilidades biopsicossociais com a classe trabalhadora (KALACHE *et al.*, 2020), pois além desses desafios, as políticas públicas que garantiam direitos aos trabalhadores, sofria um desmonte, logo, o acesso a benefícios essenciais como alimentação e a medicamentos estavam ausentes.

Esse propósito de pesquisa surgiu da experiência de estágio de núcleo comum II, na área de psicologia comunitária na cidade de Miracema do Tocantins (2022), pois o campo se encontra com diversos desafios voltados a falta de acesso aos direitos sociais, vulnerabilidade social, e violências contra os cidadãos nos bairros distantes e isolados da cidade. Por esses fatores estarem fortemente ligado as políticas públicas e consequências após o início da pandemia da covid-19, e, tendo em vista esse escancarado desmonte de políticas públicas principalmente na Assistência Social (com desligamento as necessidades socioeconômicas da classe trabalhadora), é de suma importância refletir sobre o contexto atual apresentando as demandas da assistência social após o início da pandemia.

2 METODOLOGIA

Na produção desse artigo utilizou-se da metodologia de pesquisa a revisão integrativa sistemática por meio de levantamento bibliográfico. Esse método foi escolhido no propósito de “assegurar uma prática assistencial embasada em evidências científicas, a revisão integrativa tem sido apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direciona a prática fundamentando-se em conhecimento científico” (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010, p. 1). Ela faz uma revisão teórica das produções acerca do tema e descritores escolhidos gerando um panorama na compreensão do fenômeno estudado.

No levantamento de dados bibliográficos a base de dados utilizada foi a Scielo por ser uma plataforma que possui artigos. Então, foi utilizado os seguintes descritores: “Psicologia na/e Assistência Social”, “Pandemia/Covid-19 no Brasil”, “Psicólogo Social na Pandemia”, “Papel do psicólogo na pandemia”. Esses descritores foram utilizados em combinações e na língua portuguesa brasileira, com utilização do filtro para Brasil, ou seja, apenas artigos que fossem do contexto brasileiro. Portanto, como critério de seleção, os artigos deveriam obrigatoriamente corresponder a Pandemia da Covid-19 no Brasil e o contexto da Psicologia na Assistência Social.

O processo de seleção estabelecido toma a seguinte sequência: 1) que fossem artigos, 2) publicados em português brasileiro, 3) o tema dos artigos corresponda a dois descritores 4) Leitura na íntegra 5) Inclusão e Exclusão de artigos que abordem o tema no seu desenvolvimento. 6) Análise de Dados e 7) Apresentação dos resultados.

3 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2022, e revisado a última vez no dia 19 de outubro de 2022, o montante encontrado na plataforma Scielo relacionado aos descritores “Psicólogo na assistência social na pandemia”, “Psicólogo na Pandemia”, “Psicólogo Social na Pandemia”, “Papel do psicólogo na pandemia” corresponderam a 22 em sua totalidade, desse montante 07 foram selecionados por serem temas que circundam os interesses da assistência social, o papel da psicologia e a pandemia da covid-19. Como os direitos humanos, gênero, infância, que são alvo da proteção social assegurada na Constituição Federal de 88 que embasa as políticas de assistência social.

Segue abaixo a tabela I com os artigos escolhidos:

3.1 Seleção de Material

Base de Dados	Título:	Autores:	Periódico (vol, nº, pág, ano)	Palavras-Chaves:
Scielo	Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?	Boschetti, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti	Serviço Social & Sociedade Abr 2021, Nº 140 Páginas 66 - 83	Assistência social. Precarização do trabalho. Ajuste fiscal. Contrarreforma.
Scielo	Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.	Arantes, Esther Maria de Magalhães.	Psicologia: Ciência e Profissão 2022, Volume 42 Nº	Memórias, Infância, Internatos, Compromisso Social da Psicologia.
Scielo	Vulnerabilidades da saúde infantil durante a pandemia de COVID-19 no Brasil e em Portugal.	Cabral, Ivone Evangelista; Pestana-Santos, Márcia; Ciuffo, Lia	Revista Latino-Americana de Enfermagem 2021, Volume 29	Continuidade da Assistência ao Paciente; Assistência Integral à Saúde; Vulnerabilidade

		Leão; Nunes, Yan do Rosário; Lomba, Maria de Lurdes Lopes de Freitas.		em Saúde; Enfermagem Familiar; Enfermagem de Atenção Primária; Serviços de Saúde da Criança.
Scielo	Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19.	Cabral, Ivone Evangelista; Ciuffo, Lia Leão; Santos, Márcia Pestana; Nunes, Yan do Rosário; Lomba, Maria de Lurdes.	Escola Anna Nery 2021, Volume 25 N°	Assistência Integral à Saúde; Vulnerabilidade em Saúde; Enfermagem de Atenção Primária; Serviços de Saúde da Criança; Maus-Tratos Infantis.
Scielo	Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil.	Brandão, Elaine Reis; Cabral, Cristiane da Silva.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação 2021, Volume 25	Gênero. Covid-19. Direitos sexuais e reprodutivos. Justiça social. Interseccionalidade
Scielo	Como os refugiados são afetados pelas respostas brasileiras à COVID-19?	Martuscelli, Patrícia Nabuco .	Revista de Administração Pública Lançamento 2020, Volume 54 N° 5 Páginas 1446 - 1457	COVID-19; refugiados; Brasil; políticas públicas.

Scielo	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM TEMPOS DE SARS-COV-2/ COVID-19 EM SÃO PAULO.	Campos, Brisa; Tchalekian, Bruna; Paiva, Vera.	Psicologia & Sociedade 2020, Volume 32	Violência doméstica; Rede intersetorial; Covid-19; Vulnerabilidade
--------	---	--	---	--

A seleção de artigo ao final totalizou em 7, depois foi realizada a leitura na íntegra de cada um, analisando dentro do corpo do texto se condiziam com os objetivos do artigo, como o de identificar os desafios e as mudanças ocorridas no trabalho do psicólogo na assistência social após o início da pandemia da covid-19 e que papel esse psicólogo desempenhou durante esse período de pandemia. A análise dos artigos selecionados dentro dos critérios de pesquisa, pautou-se em Souza, Silva e Carvalho (2010), com o método de análise descritiva, síntese de dados possibilitando, observar, comparar, classificar dados para explorar conhecimento sobre o tema pesquisado.

4 DISCUSSÃO

As palavras-chaves encontradas nos sete artigos demonstram a ligação de uma discussão em comum; a vulnerabilidade social como uma emergência coletiva da saúde do setor da assistência social, os termos utilizados foram: Compromisso Social da Psicologia (ARANTES, 2022), Assistência Social (BOSCHETTI, BEHRING, 2021), Assistência Integral a Saúde (CABRAL *et. al.*, 2021a), Assistência Integral a Saúde (CABRAL *et. al.*, 2021b), Justiça Social, Interseccionalidade (BRANDÃO, CABRAL, 2021) Políticas Públicas (MARTUSCELLI, 2020), e Rede Intersectorial (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020), e outro fator em comum é que todas as autorias dos sete artigos são mulheres.

Constata-se desses artigos que contém esse algoritmo da psicologia na assistência social após o início da pandemia da covid-19, a confluência ao entendimento do que seria esse trabalho do psicólogo na assistência social, como os próprios títulos dos artigos se apresentam, são pautas da assistência social a proteção dos direitos e combate a violação de direitos. Em 5 artigos (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020; MARTUSCELLI, 2020; BRANDÃO, CABRAL, 2021; CABRAL *et. al.* 2021a; CABRAL *et. al.*, 2021b) essas pautas foram discutidas especificamente, sendo elas a violência contra mulher, a violação de direitos da criança e a violação dos direitos dos refugiados, e os outros 2 artigos (BOSCHETTI, BEHRING, 2021; ARANTES, 2022), são voltados a orientação e discussão também sobre esses direitos e qual trabalho o psicólogo desempenha na assistência social. Portanto, se encontram discussões sobre as dificuldades e mudanças que ocorreram no âmbito da assistência social para todos os profissionais desse setor, e a importância desses profissionais na permanência das políticas públicas após o início da pandemia da covid-19.

Ressalta-se que a discussão de todos os artigos é de forma ampliada, abordam como a crise sanitária também é sobre a vulnerabilidade social, a autoras ressaltavam que o que estava dito também era para todos os profissionais que estivessem trabalhando na área das políticas públicas de assistência social. Logo, percebe-se que a interseccionalidade do trabalho do psicólogo nas políticas públicas de assistência social, não é um trabalho solo, mas sim coletivo, se trata de uma ação em equipe. Isso se reflete na produção deste próprio artigo, que se utilizou de artigos de outras áreas e profissões para compreender o fenômeno da pandemia da covid-19 (CREPOP, 2007; LARA, SILVA, 2015; JACCOUD, BICHIR, MESQUITA, 2017; MACIEIRA, 2019), o que por conseguinte ressalta a importância do trabalho multiprofissional encontrado nas políticas públicas, principalmente na assistência social. Outro ponto importante que foi percebido nos artigos, é que eles abordam o setor da saúde, como o Sistema Único de

Saúde (SUS), mas sempre ligando a saúde como um papel da assistência social, pois a integralidade da saúde não é somente biológica, mas sim social e psicológica, portanto não tem como não associar a saúde pública fora da assistência social. Portanto percebe-se a gravidade da pandemia pois se ela agrava o setor da saúde que está intrinsecamente ligada ao social, logo, o social também se encontra em crise.

Outro fator em comum encontrado nos artigos é o uso do conceito de vulnerabilidade social. Em todos os artigos a vulnerabilidade social é usada para explicar o que aconteceu com os usuários dos sistemas de políticas públicas, principalmente depois que começou a pandemia da covid-19 e os serviços precisaram se reorganizar para atender o público de forma a evitar o contágio da doença, isso acatou num distanciamento físico pois como se trata de um vírus, a sua contaminação é pelo contato, pelo ar (OPAS, 2020). Esse distanciamento geográfico resultou num distanciamento simbólico em que os serviços tiveram dificuldade de manter contato remoto com os usuários assim, agravando ainda mais a vulnerabilidade social pela falta de acesso aos direitos sociais dos usuários. Desse modo, a partir da leitura do material, chega-se a duas categorias de discussão: 1) Vulnerabilidade Social como uma Emergência Coletiva da Saúde, e 2) Papel do Psicólogo na Assistência Social no Combate a Vulnerabilidade Social agravada pela Pandemia, que serão discutidos a frente.

4.1 Vulnerabilidade social como uma emergência coletiva da saúde

Diante do exposto, três artigos (CABRAL *et. al.* 2021a, CABRAL *et. al.*, 2021b, CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020) apresentaram de forma exposta que a vulnerabilidade social é uma pauta importante para a saúde coletiva, e ela por sua vez, está ligada aos direitos sociais, e todos em concordância apontam que a pandemia da covid-19 agravou o quadro de vulnerabilidade social gerando novos impasses para assistência social no enfrentamento dessa nova emergência coletiva. Como afirma o princípio de integralidade do SUS (1990) que também está presente no SUAS (2005), a saúde no âmbito coletivo faz parte do social, esses dois sistemas por mais que as áreas e formas de atuação sejam diferentes, o objetivo de atender ao público como forma de garantia de direitos é o mesmo.

Então, para atingir a saúde integral devem ser ofertados e assegurados os direitos fundamentais como a moradia, saúde, educação, saneamento básico, lazer dentre outros que se encontram na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Desse modo, se trata de uma dimensão social coletiva. Para tanto deve se compreender que a vulnerabilidade social é construída sistematicamente, ela sofre manutenções a partir da questão social, e quando o

sistema social sofre uma crise, os mais atingidos são a população vulnerável (YAZBECK, 2006; FERNANDES, 2020). Esse conceito entre os artigos dialogam entre si:

Por vulnerabilidade compreende-se um contexto de relações sociais que limitam a capacidade de agir das pessoas, retirando suportes institucionais que lhes conferem segurança social. São situações que negam a possibilidade de a pessoa exercer efetivamente seus direitos de cidadania (CABRAL *et. al.* 2021a, p. 2).

Na perspectiva dos direitos humanos, a vulnerabilidade no campo da saúde traz implícito duas dimensões coletivas (social e programática) e uma individual. Na dimensão coletiva social na saúde de crianças e adolescentes, aplicam-se normas sociais e culturais da família, o bem-estar da família que tem acesso a emprego pleno e renda contínua e que assegure o provimento das condições materiais de existência e a defesa do melhor interesse da criança (CABRAL *et. al.*, 2021b, p.3)

As entrevistadas concordam que a vulnerabilidade social das mulheres vítimas de violência foi intensificada desde a primeira fase da pandemia. Anteciparam o aumento da vulnerabilidade nos territórios em que as mulheres residem, a necessidade de implementação de medidas de emergência diante da ausência de acesso a direitos, e alteraram protocolos de atendimento nos serviços de proteção, fatores que poderiam intensificar o silenciamento da VCM. A primeira resposta dos serviços foi adequar os espaços físicos para garantir protocolos de distanciamento físico, adequar critérios para atendimento presencial e testar a possibilidade de monitoramento remoto (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020, p. 8)

A partir das autoras, pode-se concluir que a negligência dos direitos civis, provocam a vulnerabilidade social, ou seja, são sujeitos que não acessam determinados direitos, ou que possuíam exercício de determinado direito civil e perderam, foram tomados, retirados, ocasionando na violação do próprio direito civil, e isso acaba vulnerabilizando os sujeitos, pois as condições mínimas de dignidade para se viver estão negligenciadas pelo Estado, ele possui responsabilidade nisso a partir do momento que é de dever do estado a garantia de seguridade social (BRASIL, 1988). A vulnerabilidade social é um produto da forma de funcionamento social de uma sociedade capitalista neoliberal, ela propositalmente produz a pobreza para se manter funcionando. (CRUZ, GUARESCHI, 2014) E a forma como as políticas públicas vem operando, diz muito sobre como o Estado possui esse poder regulador sobre a classe trabalhadora, na prática elas estavam servindo para a contenção da ameaça que seria se o proletário se revoltasse, e sem proporcionar justiça social, apenas como uma medida emergencial, isso é uma herança do assistencialismo que se reflete no presente (LANE, 1996; FREITAS, 1996; BOCK, 2009; CRUZ, GUARESCHI, 2014; KALACHE *et. al.*, 2020). As políticas públicas são importantes para a garantia dos direitos civis e exercício de uma sociedade democráticas, mas mantê-la é um desafio cotidiano para os servidores públicos.

Posto isso, deduz-se que esse agravamento das vulnerabilidades sociais se tornou um novo desafio para o trabalho do psicólogo na assistência social, pois elas vêm em forma de

urgência, logo, o foco do trabalho da assistência social se volta como uma forma de combate a violação de direitos, o que antes já estava difícil de garantir nas políticas públicas de assistência social (LAURIANO, SILVA, PESSINI, 2011), fica pior quando a pandemia da covid-19 chega no Brasil. Essa dificuldade se acentuou na medida que as políticas públicas sofriam represálias do governo federal, com abruptos cortes orçamentários, esses cortes como apontam Lauriano, Silva e Pessini (2011), já aconteciam antes da pandemia, mas com um vírus mortal presente no ar, sem a opção de sair de casa em segurança, a sociedade brasileira se encontrava encurralada, com o governo federal tomando medidas nada resolutivas para a pandemia e realizando cada vez mais cortes orçamentários a ponto de instituições não conseguirem funcionar. Então não adiantava lançar medidas para realização do trabalho de forma segura se não tinha orçamento para compra de EPIS (MACIEIRA, 2019; LORENZONI, 2020; TELLES *et. al.*, 2020; SCOPINHO *et. al.*, 2021). E assim, aos poucos uma necropolítica se firmava a cada dia afundando o país em um trágico genocídio de 600 mil pessoas, pois para o governo neoliberalista¹ com traços neofacista² era mais lucrativo que pessoas morressem do que a distribuição de renda para contenção de contágio de um vírus mortal (MACIEIRA, 2019; LIMA, BUSS, SOUZA, 2020; LORENZONI, 2020; TELLES *et. al.*, 2020; MARTUSCELLI, 2020; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020; SCOPINHO *et. al.*, 2021; CABRAL *et. al.*, 2021a; CABRAL *et. al.*, 2021b; BRANDÃO, CABRAL, 2021; ARANTES, 2022). A pandemia colocou em crise o sistema capitalista gerando a movimentação necropolítica do Estado em que o capital valia mais que a vida, a classe trabalhadora vira alvo desse genocídio, e assim a vulnerabilidade social atinge uma dimensão populacional avassaladora. Como as autoras dos sete artigos apontam:

Essa situação, de verdadeiro pandemônio econômico, político e social foi agravada pela emergência sanitária da Covid-19 (definida como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020 e que ainda não teve seu fim oficialmente declarado), colocando imensos desafios à Psicologia como ciência e como profissão, expondo como nunca nossa violenta história colonial-escravagista, que necessita ser superada para que o Brasil venha a ser, de fato, uma democracia participativa, igualitária, fraterna e plural (ARANTES, 2022, p. 3).

¹ O termo derivado neoliberalismo, advém como resultado dessa pesquisa, em artigos como da Scopinho *et. al.* (2021), Boschetti, Behring (2021) eles se apresentam de forma exposta e nos outros artigos de forma implícita, mas através de suas características principais: um sistema social e econômico resultado do capitalismo liberal produtor de vulnerabilidade Social, econômica, ecológica, racial, de gênero, que afeta toda a estrutura social e tem uma forma de afetar os sujeitos através da ideologia do patriotismo, que convence o alienado a acreditar que a realidade que vive é excelente, e os problemas que existem nela é responsabilidade do sujeito proletário, é uma forma nova de organização social, por isso que na etiologia da palavra vem o termo “neo”.

² Neofascismo é um termo citado por Scopinho *et al.* (2021), que diz sobre como o governo federal atuou na pandemia, é um conceito derivado do fascismo, regime político ditatorial, baseado na censura, violação dos direitos civis e antidemocrático, o termo *neo* expõem como de uma forma nova é feita essas violações.

Desde fevereiro de 2020, com a irrupção da pandemia causada pela covid-19, os números se agigantam no mundo — mais de 40 milhões de casos e 1,1 milhão de mortes — e no Brasil. As formas de seu enfrentamento pelos governos inundaram as mídias e revelaram desde posições sérias, contundentes e à altura da brutal crise sanitária, até posturas medíocres, negacionistas, ultraneoliberais, que nitidamente vilipendiaram o sofrimento das famílias acometidas pela doença (BOSCHETTI, BEHRING, 2021, p. 67).

Contudo, houve limitação à atenção integral à saúde da criança com a redução do acesso presencial aos serviços de atenção primária à saúde e aos insumos para o tratamento de doenças evitáveis e não associadas à COVID-19. Tais medidas afetaram os planos de vulnerabilidade programática, social e individual. A vulnerabilidade social decorreu do isolamento social como estratégia de enfrentamento à crise sanitária global da COVID-19 (CABRAL *et. al.*, 2021a, p. 10).

O confinamento foi potencializador de vulnerabilidades que aumentaram as necessidades de saúde e a exposição violência intrafamiliar e social. Não obstante, mesmo que a estratégia do isolamento social tenha sido implementada como medida eficaz para o controle da disseminação da COVID-19, as repercussões sociais, econômicas e psicológicas afetam a vida das pessoas, podendo corroborar para situações de violência (CABRAL *et. al.*, 2021b, p. 10).

A pandemia de Covid-19 provocou o acirramento do debate inevitável sobre diversas desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil; e escancarou nossas feridas, expondo a cruel iniquidade da distribuição de renda no país, levando à morte de milhares de pessoas pobres e negras infectadas pelo Sars-Cov-2. A ingovernabilidade que marca o enfrentamento público desta catástrofe sanitária produziu adoecimento, mortes, sofrimento e desinformação desnecessários (BRANDÃO, CABRAL, 2021, p. 2)

Refugiados são um grupo deixado para trás quanto às respostas governamentais à pandemia da COVID-19. Se por um lado a lei brasileira garante a eles o acesso a diferentes direitos, por outro o real acesso a esses direitos no contexto da pandemia foi prejudicado pelas respostas federais à crise. Não-discriminação é um princípio da Constituição Federal Brasileira (1988). Contudo, o governo brasileiro proibiu venezuelanos de entrarem no Brasil, excluindo-os das cláusulas de exceção humanitárias e familiares presentes na Portaria que proibiu a entrada de não-nacionais no país. Além disso, refugiados temem sofrer discriminação se precisarem acessar os serviços de saúde no Brasil (MARTUSCELLI, 2020, p. 1454).

As entrevistas destacam como a crise da *Covid-19* ampliam as desigualdades que produzem a violência doméstica no cotidiano, intensificando a sinergia de violências produzidas pela vulnerabilidade social, que poderia ser mitigada por programas que, por sua vez, estão precarizados ou se reduzem a discursos ineficazes e que desconsideram a desigualdade de gênero. Nessa conjuntura tão difícil e inédita, falas de governantes carregadas de sexismo e machismo contribuem para naturalizar o cenário onde as cenas de violência ocorrem, coproduzindo a violação de direitos; embora os programas de atenção à mulher vítima de violência doméstica tenham sido adaptados, muitas mulheres não conseguem manter o acesso a esses programas (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020, p. 13).

Portanto, as pessoas mais afetadas pela pandemia são as que já se encontravam em situação de violação de direitos, ou de vulnerabilidade social provocada pela falta de seguridade dos direitos civis, nesse grupo incluem-se mulheres, crianças, refugiados, idosos, deficientes, doentes, isso somado a situação socioeconômica da classe (pobreza), com a raça (principalmente pessoas negras) e localização geográfica (bairros afastados, zona rural,

favelas). É importante para o psicólogo na assistência social conhecer a dimensão desse grupo vulnerabilizado para conseguir compreender que mudanças estão ocorrendo nas novas urgências da assistência social, e o que se mostra é que o que tem de novo é o agravamento das condições causadoras de vulnerabilidades social, mas a própria vulnerabilidade social é presente no contexto brasileiro desde a década de 60 (LANE, 1996; YAMAMOTO, 2006). Então os meios que o Estado usa para minimizar essa situação de agravante também se reflete da história do país, ela faz parte da fragmentação da solução do problema em partes (YAZBECK, 2006), como o auxílio emergencial de 600 reais, foi uma forma assistencialista de manter o controle das multidões, de uma forma assistencialista, pois era apenas provisório, era um acesso ao capital, mas a saúde, educação, alimentação, segurança não foram garantidas. Muito pelo contrário, com o negacionismo (SCOPINHO *et. al.*, 2021), esses setores sofreram vários cortes orçamentários dificultando o funcionamento desses órgãos essenciais para a sociedade.

Como essas dificuldades já atravessam a sociedade por um longo período, a proposta do compromisso social ainda se mantém ativa, pois o psicólogo como um ator social nessas instituições, tem influência na forma como é ofertado os serviços, esse conceito da década de 80 mostra para a psicologia que o trabalho coletivo pode ser a resposta para enfrentamento a essas condições geradoras de vulnerabilidade social (LANE, 1996; YAMAMOTO, 2006). Pois a contexto social de desigualdade social, violação de direitos e enfrentamento sistemáticos, se assemelham em partes com outros períodos históricos, por isso que é importante para o psicólogo perceber que o sujeito é social histórico, esse olhar crítico revela as facetas por detrás do funcionamento social através do Estado e suas ferramentas de manutenção social. (ARANTES, 2022). A vulnerabilidade social, é uma resposta de como o modo de funcionamento da sociedade está em crise em todos os setores de organização social, porque ela é presente independente dos acontecimentos históricos que se passaram no Brasil, em alguns momentos a dimensão dela foi diminuída, em outras aumentada, mas nunca erradicada. As circunstâncias em que a desigualdade social era combatida, eram exatamente quando os servidores das políticas públicas tinham mais autonomia e condições favoráveis para o trabalho, isso somado a uma boa formação profissional e compromisso ético-político com trabalho multiprofissional, intersetorial que cada vez mais se mostram potentes.

4.2 Papel do psicólogo na assistência social no combate a vulnerabilidade social agravada pela pandemia

A Vulnerabilidade Social foi agravada pela pandemia na medida em que as políticas públicas de seguridade social foram reduzidas e indisponibilizadas para a população, tanto pelos cortes orçamentários proporcionados pelo governo federal (SCOPINHO *et. al.*, 2021; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; BRANDÃO, CABRAL, 2021; MARTUSCELLI, 2021), quanto nos desvios de verbas de administradores e gestores (MAGALHÃES, 2021) impossibilitando o acesso a recursos que proporcionavam ao menos alimentação (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020). Por isso pode se concluir que a fome e a violência aumentaram numa proporção tão grande que elas sobressaíram as outras demandas da assistência social (voltadas a prevenção) se tornando uma urgência em dimensão coletiva, sobressaindo os serviços voltado ao combate das violências já cometidas, isso ocasionou numa sobrecarga dos trabalhadores da assistência social (BOSCHETTI, BEHRING, 2021; BRANDÃO, CABRAL, 2021; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020).

Os servidores, com muitas limitações por conta desse contexto social, para exercício do trabalho, improvisam e criam modos de serviço, algo que aconteceu na entrada dos psicólogos nas comunidades na década de 70 (LANE, 1996; BOCK, 2009), tanto antes quanto agora, o psicólogo se encontra com uma nova realidade, e encara como mais uma experiência de sociedade em crise, agora perante uma pandemia (BRANDÃO, CABRAL, 2021). Diante a onda do negacionismo na pandemia, o higienismo reaparece como uma ferramenta de execução do próprio Estado, os sujeitos que possuem o direito são separados dos que não possuem (CRUZ, GUARESCHI, 2014), e os que não possuem direitos, são esquecidos, excluídos, mortos pelo vírus e desigualdade social. Essas pessoas menos valiosas para neoliberalismo, viram números, porcentagem, isso quando são contabilizadas, pois a ocultação de informações também foi presente durante a pandemia (LIMA, BUSS, SOUSA, 2020) e dentro dessa necropolítica 690 mil vidas, foram aniquiladas.

Essa sobrecarga de trabalho e demandas na assistência social não é inédito, ela já existia antes mesmo da pandemia (LAURIANO, SILVA, PESSINI, 2011) porém com acentuação da pandemia a chegada dos serviços de assistência social em espaços vulnerabilizados ficou mais limitada ainda (MACIEIRA, 2019; SCOPINHO *et. al.*, 2021; KALACHE *et al.*, 2020). Nos sete artigos percebe-se que a gestão do governo federal na pandemia além de ter sobrecarregado os serviços da saúde, também sobrecarregou os serviços da assistência social, e as condições de trabalho para os profissionais estavam precarizadas principalmente pela falta de recursos e

materiais como máscaras, produtos antissépticos, o que distanciou a chegada dos serviços nas comunidades mais vulnerabilizadas pela pandemia resultando num distanciamento tanto físico quanto no acesso aos direitos (ARANTES, 2022; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; CABRAL *et. al.* 2021a; CABRAL *et. al.* 2021b; BRANDÃO, CABRAL, 2021; MARTUSCELLI, 2020; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020).

A sobrecarga de serviços na assistência social já vinha acontecendo antes da pandemia, com os desmontes das políticas públicas, essa pandemia escancarou o que já estava acontecendo, poucos trabalhadores para a quantidade de demandas, corte e paralisação de orçamento para os serviços (TELLES *et. al.*, 2020), então por mais que o psicólogo no CRAS tivesse seu papel de prevenção as violências, o que se constata é que ele faz além do limitado, porque as urgências da fome e violência não esperam por ninguém. Na pandemia isso se intensificou, principalmente no distanciamento dos usuários aos serviços, nesse momento, o psicólogo se desloca de seu espaço seguro do vírus e o encara, na esperança de conseguir chegar na população vulnerabilizada e acolher esses sujeitos violados (CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020), novamente o higienismo opera, distanciando o proletário dos direitos civis.

Esse serviço de combate a negligência na pandemia, resultou num esforço redobrado do psicólogo na assistência social (ARANTES, 2022), no que tange ao combate das violações aos direitos civis (BOSCHETTI, BEHRING, 2021; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020). Pois agora o profissional tem apenas poucos recursos para exercer sua função, isso somado com um novo tipo de atenção que seria o cuidado para não pegar vírus e nem o transmitir, para dentro disso tudo conseguir ao menos amenizar as condições de sobrevivência que a população vulnerabilizada foi submetida e resgatar a dignidade dos sujeitos que foram desumanizados (ARANTES, 2022; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020). “Acumulamos feminicídios; violência policial do Estado aos pobres e negros; racismo institucional; e abandono absoluto pelo Estado aos seus cidadãos, gerando o que tem ido chamado de “genocídio” brasileiro em função da necropolítica instituída” (BRANDÃO, CABRAL, 2021, p. 3). Nessa situação de crise que a sociedade enfrenta, o compromisso ético-político do psicólogo embasa de forma contribuinte para esse combate a violação dos direitos civis (BOCK, 2009; FREITAS, 1996), é uma luta pautada nos direitos humanos contra o genocídio das populações vulnerabilizadas (BRANDÃO, CABRAL, 2021). Então além de ir ao combate das violências, o psicólogo na assistência social esteve presente nas lutas para garantia dos direitos humanos que estavam em jogo por conta da organização social neoliberal com sua ferramenta necropolítica, o capital mais valioso que ar que respiramos (BRANDÃO, CABRAL, 2021; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; SCOPINHO *et. al.*, 2021).

Como a pandemia atingiu todos os setores sociais, os setes artigos apresentaram o trabalho coletivo e multidisciplinar dos profissionais da assistência social e saúde no combate a pandemia (ARANTES, 2022; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; CABRAL *et. al.*, 2021a; CABRAL *et. al.*, 2021b; BRANDÃO, CABRAL, 2021; MARTUSCELLI, 2020; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020), então antes o que era setorizado (CREPOP, 2007) agora todos em conjunto tiveram que colaborar para que se conseguisse ofertar os serviços públicos, pois eles são garantias conquistadas através da Constituição Federal de 1988 e pautadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ARANTES, 2022; BOSCHETTI, BEHRING, 2021). Dentre as mudanças nas ofertas de serviços houve uma mobilização de toda a equipe para contatar a população através do uso de telefones celulares para fornecer subsídios básicos para sobrevivência como oferta de cesta básica, cadastro nos benefícios de prestação continuada e auxílio emergencial, que aliás, foram os únicos reforços financeiros disponibilizados para a população durante a pandemia (BOSCHETTI, BEHRING, 2021; BRANDÃO, CABRAL, 2021; MARTUSCELLI, 2020; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020). Esse trabalho em conjunto demonstra um enfrentamento também a questão social (YAZBECK, 2006; FERNANDES, 2020) pois de fato se trata de tudo que vem para a pobreza pós-capitalismo, mas com um novo fator, a pandemia da covid-19. Essa crise causada pela pandemia expõe a fragilidade do sistema neoliberal e revela as facetas antidemocráticas por traz desses princípios neofacistas, que também é outro fator em comum nos artigos, a exposição da fragilidade das políticas públicas num sistema neoliberal (ARANTES, 2022; BOSCHETTI, BEHRING, 2021; CABRAL *et. al.*, 2021a; CABRAL *et. al.*, 2021b; BRANDÃO, CABRAL, 2021; MARTUSCELLI, 2020; CAMPOS, TCHALEKIAN, PAIVA, 2020). As autoras demonstram que em diferentes setores de atuação das políticas públicas, o sistema neoliberal operacionalizado pelo governo como os cortes orçamentários, foi uma dificuldade abaladora para o funcionamento dos serviços, logo uma dificuldade para os funcionários desses setores também.

Conclui-se que as políticas públicas para funcionarem, demandam de uma ligação intersetorial que trabalhe de forma conjunta, elas são um caminho para a justiça social (BRANDÃO, CABRAL, 2021) e não diferente, essas lutas vão surgir em contextos de exploração da classe trabalhada, logo a pobreza é um produto da organização social neoliberal (CRUZ, GUARESCHI, 2014). O psicólogo enquanto ator social, se encontra numa crise de funcionamento do próprio exercício profissional e sistemático, sendo um fator importante no combate as vulnerabilidades produzidas pela pandemia somada a gestão do governo federal perante esses problemas. Esse trabalho foi feito em conjunto, apenas em dois artigos

(ARANTES, 2022; CAMPOS, TCHALEIAN, PAIVA, 2020) é citado o psicólogo de forma direta, mas em todos os setes é citado o trabalho intersetorial e multidisciplinar feito pelas equipes tanto do setor assistência social quanto da saúde, sendo esse o principal meio de combate a vulnerabilização social produzidas pelo modo de funcionamento social após o início da pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo, identificar os desafios e as mudanças ocorridas no trabalho do psicólogo na assistência social após o início da pandemia da covid-19 e que papel esse psicólogo desempenhou durante esse período de pandemia. Constatou-se que as mudanças ocorridas na pandemia são resultadas da longa trajetória da construção da sociedade brasileira principalmente no modo de produção capitalista com suas influências ideológicas na construção dos setores sociais, como a divisão dos problemas advindos do capitalismo com resoluções emergentes relacionadas a saúde, seguridade social, educação e segurança, assim o Estado cria a questão social, uma forma de controle em massa do proletário em troca de comida e teto. A pandemia da covid-19 põe em crise esse funcionamento social, colapsando todos os setores sociais expondo de forma escancarada que o neoliberalismo instituído na sociedade juntamente com a ideologia do governo federal eleito em 2018, na verdade se tratava de uma necropolítica somada a facetas neofacistas.

Os profissionais perante essa realidade sofreram diversas mudanças no modo de exercer seu trabalho pois se encontravam com novas dificuldades para além das que já tinham antes da chegada da pandemia. Não diferente o psicólogo na assistência social se encontra dentro dessa realidade profissional, pois as instituições com os cortes orçamentários vivenciaram uma verdadeira luta de resistência para a permanência do funcionamento das instituições, apesar das inúmeras recomendações e notas do Conselho Federal de Psicologia, sistema único de assistência social, na prática não chegava os EPIs para esses profissionais entrarem em contato com a população vulnerabilizada pela pandemia. O que por consequência houve um distanciamento da população no acesso aos serviços, e um aumento alarmante das violações de direitos, como aumento da fome, contágio do vírus na população pobre, violência contra mulher e feminicídio, racismo institucional, e xenofobia com imigrantes.

O psicólogo como um ator social de mudança, principalmente dentro da assistência social, tem um papel importante de contribuir para transformar, informar e se comprometer com essas populações mais afetadas pela pandemia, até porque este foi o público-alvo da assistência social por conta da demanda urgente que a crise da pandemia da covid-19 acentuou na sociedade. Esses 60 anos de psicologia regulamentada como profissão serve de parâmetro e reflexão para se pensar nas mudanças e no potencial que o psicólogo na assistência social carrega dentro da profissão, o compromisso social é uma ferramenta poderosa que deve ser usada principalmente em momentos de crise.

O reconhecimento do poder detrás do saber da classe trabalhadora é uma chave para a mudança dessa crise social, econômica e sanitária atualmente. E o trabalho intersetorial na pandemia foi uma alternativa para a combater as urgências emergidas com a crise da pandemia da covid-19, o trabalho multiprofissional permitiu que com mesmo todos os cortes orçamentários e represálias aos direitos civis feitas pelo governo federal, é possível fazer a mudança, mas de forma coletiva, comunitária, de forma consciente que a classe trabalhadora deve ter acesso a uma vida digna sendo posta em prática, em realidade, combatendo as discriminações e favorecimentos, sendo como ar que respiramos, livre e para todos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, E. M. de M. Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2022, v. 42, n. spe, p. 1-12, 01 ago 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263580>. Acesso em: 20 Out. 2022
- BOCK, A. M. B. *et. al.* Cap. I. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e o Compromisso Social**, 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. p. 15-27, 2009.
- BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, Nº 140. p. 66 – 83. Abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>. Acesso em: 20 Out. 2022.
- BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. da S. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. v. 25, n. Supl. 1. 23. p. 1-16. Jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200762>. Acesso em: 20 Out. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- BRASIL, LORENZONI, O. D. Ministro de Estado de Cidadania. **PORTARIA Nº 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020**. Brasília. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-337-de-24-de-marco-de-2020/> Acesso em 20 de out. 2022.
- CABRAL, I. E. *et al.* Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. **Escola Anna Nery** [online], v. 25, n. spe. p. 1-12. 19 Jul 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0045>. Acesso em: 20 Out. 2022.
- CAMPOS, B.; TCHALEIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/ covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade** [online]. v. 32. p.1-20. 04 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>. Acesso em: 20 Out. 2022.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/ Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília: 2007.
- CRUZ, L. R da.; GUARESCHI, M de. F. O Psicólogo e as políticas públicas de assistência social. In: Cap. I. **Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social**. 2. Ed. 2014, Petrópolis, RJ: Vozes. p.8-32. 2014
- FERNANDES, I. Psicologia e políticas públicas: desafios da formação e da prática. **IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas – Psicologia na Defesa das Políticas Públicas**. In: ADSUARA et al., Conselho Federal de Psicologia. Brasília. p. 57-79. abr. de 2020.

FREITAS, M. F. Q de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F de. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**, Rio de Janeiro: Vozes, p. 54-80. 1996.

JACCOUD, L.; BICHR, R.; MESQUITA, A. C. O SUAS na proteção social brasileira: Transformações recentes e perspectivas. **Novos estudos CEBRAP [online]**. v. 36, n. 02. p. 37-53. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>. Acesso em: 20 Out. 2022.

KALACHE, A. *et al.* Envelhecimento e desigualdades: políticas de proteção social para idosos decorrentes da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia [online]**. v. 23, n. 06, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200122>. Acesso em: 4 Maio. 2022.

LANE, S. T.M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil, e outros. In: CAMPOS, R. H. F de. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**, Rio de Janeiro, ed. Vozes. p. 17-34. 1996.

LARA, R.; SILVA, M. A da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade [online]**. v. 00, n. 122 pp. 275-293. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.023>. Acesso em: 19 Out. 2022.

LAURIANO, C. V.; SILVA, M. C. O.; PESSINI, M. A. Os desafios e as perspectivas da inserção do psicólogo no centro de referência de assistência social (CRAS). **Akrópolis Umarama**, v. 19, n. 4, p. 229-239, out./dez. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276547749.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2022.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; SOUSA, R. P. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 36, n. 7. p. 1-4. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177020>. Acesso em: 4 Maio. 2022.

MACIEIRA, A. P. A atual conjuntura política do Brasil após golpe de 2016 e os resultados para os direitos sociais. **Revista UNIESP edu**. p. 1-10. Abr. de 2019. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190718164356.pdf Acesso em 20 de out. 2022

MARTUSCELLI, P. N. Como os refugiados são afetados pelas respostas brasileiras à COVID-19?. **Revista de Administração Pública [online]**. 2020, v. 54, n. 5, pp. 1446-1457. 02 de novembro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200516x>. [Acesso em: 20 Out. 2022.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de covid-19. **Folha informativa sobre covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 27 de Maio. 2022.

SCOPINHO, R. A. *et al.* "Trabalhar é preciso, viver não é preciso": ideologia e necropolítica na pandemia covid-19. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 21, n. 51, p. 390-408, ago.

2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de set. 2022.

TELLES, V. *et. al.* (2020). (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho, **DILEMAS** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, p. 1-13 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343837181_Micropoliticas_da_vida_em_tempos_de_urgencia. Acesso em 12 Set. 2022.

YAZBECK, M. C. Políticas sociais e assistenciais: estratégias contraditórias de gestão estatal da pobreza das classes subalternas. In: YAZBECK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 5ª ed. São Paulo, SP. Editora Cortez, p. 35-59. 2006.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e o Compromisso Social**, 1. ed. São Paulo, SP: Editora Cortez. p. 37-64. 2006.